

Política científica do CRH/UFBA : período 2001-2002	Titulo
CRH/UFBA, Centro de Recursos Humanos - Compilador/a o Editor/a;	Autor(es)
	Lugar
CRH/UFBA, Centro de Recursos Humanos	Editorial/Editor
2001	Fecha
Série Documento Institucional CRH/UFBA vol.1, no.1.	Colección
Política científica;	Temas
Doc. de trabajo / Informes	Tipo de documento
http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/Brasil/crh-ufba/20121128105206/serie.pdf	URL
Reconocimiento-No comercial-Sin obras derivadas 2.0 Genérica http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/2.0/deed.es	Licencia

Segui buscando en la Red de Bibliotecas Virtuales de CLACSO
<http://biblioteca.clacso.edu.ar>

Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO)
Conselho Latino-americano de Ciências Sociais (CLACSO)
Latin American Council of Social Sciences (CLACSO)
www.clacso.edu.ar



Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales
Conselho Latino-americano de Ciências Sociais
Latin American Council of Social Sciences



Reitor:
Heonir Rocha

Diretor FFCH:
Sylvia Maria Reis Maia

Diretor CRH:
Anete Brito Leal Ivo

Vice-Diretor CRH:
Inaiá Maria Moreira de Carvalho

Janeiro 2001

**Série Documento
Institucional CRH/UFBA**
v.1, n.1, 2001



**POLÍTICA
CIENTÍFICA
do CRH/UFBA**
período 2001-2002

POLÍTICA CIENTÍFICA para CRH/UFBA*

período 2001-2002

* Documento elaborado por Ivo, Anete B. L. e discutido no âmbito do Conselho Técnico, como proposta de trabalho para o biênio 2001/2002. A síntese desta avaliação foi apresentada na posse da nova Direção em 29.01.2001, Sala dos Conselhos da Reitoria.

INTRODUÇÃO

Este documento representa um esforço de avaliação das potencialidades de desenvolvimento da pesquisa acadêmica nas ciências sociais, em áreas temáticas mais diretamente vinculadas ao trabalho desenvolvido pelas equipes do Centro.

Na sua essência ele tem como ponto de partida a identificação de um conjunto de mudanças em curso que vêm afetando o cotidiano do trabalho institucional em todas as áreas, e, mais particularmente, nas ciências sociais, impondo uma auto-reflexão continuada da equipe científica, no sentido de avançar o trabalho acadêmico a partir de horizontes possíveis e compartilhados. Todos identificam pontos que estão a exigir maturação e identificar, de forma coletiva, novos desafios, caminhos e possibilidades no aprofundamento da identidade institucional.

A questão central era e é, no plano interno, repensar: Como organizar a colaboração entre os diferentes grupos de pesquisa? Como estabelecer mecanismos de melhoria na produtividade acadêmica? Como nortear a definição de parcerias com a sociedade civil e o Estado? Quem são nossos principais interlocutores? Que programas institucionais prioritários e estratégicos devem ser desenvolvidos no sentido de permitir uma melhoria

do trabalho acadêmico, atuando num horizonte de aperfeiçoamento e capacitação acadêmica da equipe, melhoria da difusão dos trabalhos acadêmicos e da informação científica institucional; aperfeiçoamento da publicação, do debate e do intercâmbios acadêmicos? Quais os principais parceiros institucionais e quais os principais mecanismos de apoio financeiro-institucionais?

Este texto tentou, então, sistematizar inicialmente estas questões, que tocam às mudanças mais recentes da agenda social; os mecanismos regulatórios em curso e seus efeitos sobre a organização do trabalho científico; quais as principais temáticas (que afetam mudanças paradigmáticas); quais os planos, projetos e tarefas a serem enfrentadas. *Não tem respostas e nem verdades.* Mas procura partilhar essas sensibilidades com o conjunto da equipe. Ele emergiu de forma espontânea, abrindo e partilhando diagnósticos e preocupações, no sentido de ultrapassá-los, mapearmos as questões e avançarmos num horizonte de construção do projeto institucional.

I - A FORMULAÇÃO DE UMA AGENDA SOCIAL DE PESQUISA: algumas considerações preliminares

1. Que desafios se impõem hoje à comunidade científica das ciências sociais?

As sociedades contemporâneas têm testemunhado e vivenciado, nos últimos anos, profundas mudanças que afetam o padrão de estruturação produtiva dessas sociedades, as modalidades da regulação da política; as práticas sócio culturais dos agentes sociais e os modelos de gestão das instituições públicas e privadas, alterando, especialmente, elementos e instrumentos de mediação da sociedade pelos quais indivíduos e grupos sociais processam seus interesses diversificados, regulam os conflitos e organizam as modalidades da cooperação.¹

O resultado dessa transição tem se expressado em forma de *crises* de referenciais; de paradigmas explicativos; de legitimidade; de coesão social; e explodido, ao nível societal, em anomias de toda ordem e no enfraquecimento de mediadores (papel dos sindicatos, dos partidos; do Estado e da sociedade civil, dos movimentos sociais, etc.) que regulam as relações entre sociedade e Estado; a definição de papéis entre instâncias públicas e privadas; as condições de formação do espaço público, etc.

Ora, se as mudanças têm se expressado, de um lado, em *crises*, ela também tem apresentado novos *potenciais criadores*, através da emergência e formação de novos atores na cena política (ONGs, movimentos sociais, como o MST), no estímulo às

¹ Remeto aqui às questões apresentadas por Ivo, A. na Introdução aos Dossiês temáticos dos nºs 24/25 (1996) e 26/27 (1997) da revista *Caderno CRH*.

inovações (novas modalidades de gestão urbana, de proposições de encaminhamento de políticas sociais, etc); expressando a necessidade de reconstruir projetos e repensar criticamente velhos e novos referenciais pelos quais organizamos nossas práticas e construímos projetos de futuro.

O que quero dizer, ainda de forma preliminar, é que as mudanças societárias que afetam o pensamento social, os principais paradigmas e as referências conceituais também interferem sobre as instituições científicas e acadêmicas, redefinindo os marcos institucionais onde atuam Universidade e pesquisadores, num espaço público e num contexto de regulação desse espaço cada vez mais regido por princípios, tais como: menos Estado; mais sociedade; mais parceria, mais inovação; mais mercado; maior competitividade, como critérios de eficácia e princípios de organização do contexto globalizado.

Se esses novos parâmetros da transição contemporânea repercutem sobre o conjunto da sociedade e das atividades científicas em geral, eles devem ser considerados, no caso específico das ciências sociais, frente à duas funções históricas que orientaram a nossa prática no âmbito universitário e da sociedade: o papel das ciências sociais, enquanto instância de pensamento crítico da modernidade e da pós-modernidade; e a missão universitária, enquanto produção do pensamento livre e criador.

Se estes são referenciais que organizam o nosso projeto de futuro, há, portanto, um papel estratégico, que cabe especialmente às Universidades, e, mais particularmente, ao pensamento social brasileiro frente o contexto de mudanças, que se expressa no compromisso de acompanhar criticamente as novas tendências em que se movem a teoria, a pesquisa; a política acadêmica e suas instituições no mundo contemporâneo; no estímulo à inovação e na ordenação de novas capacidades e sensibilidades sociais e científicas num projeto que considere: **o caráter desigual da nossa sociedade e o papel fundamental do Estado na regulação de uma política social que contemple a formação da cidadania e a universalidade de direitos como condição efetiva da justiça social.**

Entendo que talvez este seja o principal desafio que temos diante de nós, o qual certamente não se completa no curto prazo, nem num esforço de pessoas ou instituições isoladas. Ao contrário, requer maior temporalidade e impõe **esforços partilhados de abertura ao debate e à crítica do trabalho de investigação, em instâncias internas e externas da comunidade científica e frente aos atores sociais.**

Muitos desses desafios vêm sendo parcialmente enfrentados, especialmente no âmbito interno dos projetos e da relação partilhada que eles mantêm junto às instituições e aos agentes sociais envolvidos. O que estaria faltando?

De forma geral parece que a questão principal seria de partilha e *socialização interna* desses resultados: Como organizar a cooperação e o intercâmbio internos de forma sistemática? **Como reverter a potencialidade inscrita nos nossos trabalhos mais recentes em capacitação interna e na formação de uma agenda crítica das ciências sociais?** Como articular uma agenda mínima que identifique *questões fundamentais* ao pensamento social de sociedades periféricas, com *questões estratégicas* que organize o trabalho científico e auxilie na cooperação com diversos atores (acadêmicos e da sociedade)? Em que matriz referencial movemos o nosso trabalho? Esta matriz atende à agenda mínima do trabalho de pesquisa social? Atualiza nossas tradicionais temáticas em questões pertinentes da agenda social contemporânea? Quais as principais continuidades e mudanças observadas no plano das problemáticas, do tratamento metodológico e da operacionalização dessas questões? Quais os principais parceiros atuais e potenciais? Quais as tendências apresentadas e obstáculos a serem vencidos? Estamos usufruindo dos recursos e oportunidades que estão se apresentando nas agências de fomento e no ambiente acadêmico? Quais as características e o perfil do fomento hoje?

Estas são algumas das questões que nós temos feito na vida institucional do CRH. A auto-consciência institucional crítica e produtora de referenciais analíticos exige um compromisso de todos na organização de uma pauta mínima de debates e atividades conjuntas que encaminhem a cooperação interna e externa, possibilite a socialização dos resultados, a reprodução do trabalho de investigação no âmbito do ensino, reforçando e aprofundando a nossa própria capacidade de interferir em arenas públicas mais amplas e de influenciar na formação de novos quadros para a pesquisa, o ensino, o planejamento e a capacitação de agentes sociais.

2. Que fatores externos condicionam a agenda social, a organização e o gerenciamento da pesquisa em ciências sociais hoje?

Alguns processos mais recentes vêm reorientando a política de fomento às atividades científicas e condicionando a organização e a pauta das atividades acadêmicas, especialmente na área das ciências sociais e do desenvolvimento institucional dos centros de pesquisa.

2.1. Constrangimentos estruturais que afetaram a pesquisa, na década de 80

2.1.1. Desde fins da *década de 80*, observou-se uma *redução da capacidade de sustentabilidade da pesquisa institucional* determinada por dois fatores: de um lado, em decorrência da retração do sistema de fomento, com a reorientação do apoio de

agências nacionais como a FINEP para a área de investimentos e de desenvolvimento tecnológico. De outro, pela deterioração dos valores captados resultante da aceleração do processo inflacionário em curso, destruindo os esforços empreendidos, mesmo antes da sua liberação. Este processo inflacionário atuou em patamares elevados até junho de 1994.

2.1.2. Ao mesmo tempo, em *fins de 80*, o sistema de ciência e tecnologia orientava o seu esforço na capacitação acadêmica institucional nacional, o que se refletia num *apoio prioritário às pós-graduações*, desestimulando o financiamento a centros autônomos de pesquisa. Uma reunião de centros, em fins de 1989, no CEBRAP, refletiu sobre a crise desses centros, apontando saídas para a reversão do apoio institucional via órgãos internacionais de fomento à pesquisa para o desenvolvimento de atividades de extensão, conseqüentes desse mesmo apoio.²

2.1.3. A prioridade da pesquisa, centrada nos programas de pós-graduação acabou por dificultar a atração de muitos quadros qualificados para a pesquisa, que então se dirigiram preferentemente para os programas de pós-graduação, o que significava, à época, dificuldades de fixação de equipes de pesquisa recém qualificadas e apoiadas pelo Centro, além da partilha de responsabilidades conjuntas do Centro na sustentação simultânea do programa de ciências sociais e do próprio CRH.³

2.2. Os condicionantes mais recentes – década de 90

A partir da *década de 90*, alguns fatores parecem condicionar a agenda e reorientar as modalidades da pesquisa:

2.2.1. Em primeiro lugar verifica-se um reforço no *papel das agências internacionais* no apoio à pesquisa social, acompanhando o processo de integração da informação e as regulações supra-internacionais. Este papel orienta-se para o desenvolvimento de uma ideologia da solidariedade e socorro aos pobres, na busca do desenvolvimento, organizando e focalizando a ação e o apoio a partir de recortes específicos de enfrentamento de situações de desigualdade, quanto à segmentos e problemáticas específicas. Estes novos recortes regulatórios interferem sobre a modalidade de realização da pesquisa, seja no plano metodológico, com reforço à pesquisa-ação, e da prioridade de levantamentos e *surveys*, seja condicionando a definição da pauta dos segmentos prioritários da investigação e temas selecionados no âmbito interno das diversas instituições e grupos de pesquisa (governamentais, universitárias e das ONGs). Interferem, portanto, tanto nas modalidades de realização e utilização dos resultados, como na revitalização de setores e temáticas.

Expressando preocupações da comunidade internacional com a agenda social para o desenvolvimento, as Nações Unidas, através de diferentes cúpulas internacionais, definiram, no decorrer da década de 90, metas e prioridades centradas num

² O processo de avaliação institucional de 89, no CRH, discutiu e apontou para essas tendências e perspectivas em conformação.

diagnóstico de problemas sociais estratégicos que afetam o desenvolvimento das diversas nações, como: a questão da pobreza, do desenvolvimento sustentável, a identificação das situações estruturais de crescimento da população, da desigualdade entre gêneros, trabalho infantil, democracia racial e riscos sociais para segmentos sociais específicos, apontando para as necessidades de mobilização internacional da sociedade civil e dos governos, na superação dessas questões na linha do “empoderamento” *empowerment* de agentes sociais (como a capacitação de agentes públicos e privados na execução de uma agenda social); *focalização* do tratamento das questões de enfrentamento da pobreza, que passam a se constituir em campos temáticos prioritários da intervenção social em diversos países, especialmente aqueles que apresentam índices de desenvolvimento humano baixos e elevadas taxas de desigualdades.

- 2.2.2.** No curso dessa dinâmica há consensos quanto à pauta das agências, mas orientações nem sempre coincidentes quanto aos diagnósticos relativos à natureza e ao tratamento dessas temáticas, com incursões de natureza moral e políticas relativas aos diagnósticos e ao tratamento institucional ou acadêmico relativos ao ‘social’.

Esta polissemia dos diagnósticos **dificulta a compreensão das matrizes referenciais distintas para os atores locais frente à um conjunto de novos paradigmas da ação social**, tais como: desenvolvimento local e sustentável; participação social; capital social; solidariedade, etc. Também interfere sobre categorias clássicas de análise sobre o mundo do trabalho, a formação da classe, mercado informal e seus novos vetores do empreendedorismo, formação e qualificação profissionais, economia solidária, etc. Ou seja, estas categorias intermediárias, que hoje constituem-se paradigmas da ação social e pública contêm sentidos polissêmicos,⁴ cuja falta de clareza pode conduzir a paradoxos na relação entre as práticas sociais solidárias e redistributivas e seus efeitos sobre a reprodução social.

Frente a estas questões indagamos: esta agenda externa esgota o conjunto de problemáticas sociais prioritárias? O tratamento dado pelas diversas agências às temáticas coincide com as necessidades do tratamento da questão social no contexto dos países com taxas elevadas de desigualdades e baixos índices de desenvolvimento humano? Como se recoloca a questão do desenvolvimento regional? Estamos nos referindo aos mesmos problemas e diagnósticos, quando, por exemplo, falamos de participação, de democratização, de descentralização de ações, etc? Como a formação histórica de sociedade nacional e a sua cultura política têm se refletido ou adaptado às tendências mais recentes do desenvolvimento e estruturação das sociedades? Como enfrentarmos este debate?

- 2.2.3.** Um segundo elemento a ser considerado, no contexto da década de 90, são as mudanças no âmbito dos Estados nacionais, ou, mais especificamente, os parâmetros da *ação governamental*, quanto ao *tratamento das políticas públicas de*

³ Refiro-me ao papel do Centro na reformulação do Mestrado de Ciências Sociais (1989), e a redefinição de suas linhas de pesquisa, além das suas próprias.

natureza social no âmbito dos ajustes e da Reforma do Estado, e seus efeitos sobre a *descentralização das políticas*.

2.2.3.1. Em relação às modalidades de *tratamento das políticas sociais*, uma avaliação dessas aponta para questões institucionais de ampliação do espaço público e sustentabilidade, indicadas nos diagnósticos da governabilidade (na linha da capacidade de sustentabilidade da política redistributiva e receituário reformista), governança (em termos dos estímulos à mediação entre Estado e sociedade civil na capacitação e incentivos a atores participativos; às parcerias do público e privado, etc); da focalização das ações (que coloca problemas no cruzamento das dimensões de universalidade dos direitos *versus* a focalização e do tratamento setorializado das políticas), entre outros.

O redesenho dessas políticas descentralizadas, setoriais e focalizadas, tem induzido à necessidade de redimensionar a grandeza e o volume das 'populações-alvo' beneficiárias dessas ações, priorizando uma estratégia de *incentivo à geração e produção da informação de base*, voltada para referenciar esse novo recorte de políticas públicas, transformando *a pesquisa institucional e a produção da informação sócio-econômico-demográfica, em variáveis estratégicas da ação pública*.⁵ Esta estratégia de intervenção pública, constitui-se, então, de alguma forma, estímulo à pesquisa, determinando fluxos de *demandas desses dados*, como a produção de censos específicos, com novos recortes e metodologias, auxiliando na identificação de fenômenos emergentes e transversais. Ao mesmo tempo, cria campos de reforço à investigação de caráter quantitativo, na geração e difusão do *dado primário*, capaz de indicar tendências e grandeza de novos fenômenos ligados à reprodução social; reestruturação do mercado de trabalho, crescimento da pobreza; os efeitos desta sobre segmentos populacionais em situação de risco; e os processos de anomia na matriz societária e na cultura cívica ou carências decorrentes dessa condição, à exemplo da violência; da fome; do analfabetismo; etc.

2.2.3.2. Por fim, os ajustes institucionais na direção da *descentralização da ação pública* parecem apontar (em todos os setores da esfera pública), para uma tendência de novos formatos na linha da *descentralização do financiamento* e da *flexibilização da pesquisa*.

Em termos da *descentralização*, observa-se (i) a responsabilização das subunidades da Federação (os Estados) na sustentação das atividades de fomento à ciência e tecnologia, ou seja, as Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa

⁴ Podemos citar alguns trabalhos que tratam da crítica e do alcance de conceitos e noções tais como sociedade civil; participação social; Terceiro setor ; capital social; Mercado informal de trabalho e economia popular e solidária; globalização; governança e governabilidade; espaço público; desenvolvimento durável, exclusão social, entre outros. O resgate dessas noções sinaliza apenas algumas categorias e variáveis que vêm sendo cuidadosamente tratadas por diversos autores e que mereceriam ser avaliadas e consideradas na linha da formulação crítica das relações entre teoria e prática social. O embate dessas referências pode ser uma tarefa importante para início de discussão.

⁵ A reunião ampliada do Conselho Nacional de População, de 1992, em Brasília, representou um importante marco nessa direção.

passam a ter um papel decisivo na capacitação e fomento ao nível das instituições locais. Isto, se de um lado, pode constituir-se alternativa ao fomento de pesquisas locais, coloca, por sua vez, outras dificuldades quanto aos critérios de atendimento dos fluxos locais, definição de prioridades entre instâncias da demanda ao nível do estado e do sistema federal particularmente a obrigatoriedade do sistema de fomento estadual apoiar a rede estadual pública e privada em plena expansão; (ii) ademais, a tendência de “descentralizar” também parece orientar-se gradativamente para a transferência da responsabilidade do custeio e do investimento ao nível das subunidades de ensino e pesquisa, o que afeta as condições de organização do trabalho científico e acadêmico, canalizando as capacidades acadêmicas existentes em esforços de gerenciamento, numa realidade em que estas *micro-unidades* não são nem vocacionadas para tal, nem sequer aparelhadas administrativamente para tal gerenciamento.

2.2.3.3. Quanto à tendência de *flexibilização* dos grupos de pesquisa e do trabalho de pesquisadores em rede, se de um lado este formato pode liberar a capacidade criadora de grupos emergentes de pesquisa, esta tendência pode também conter riscos de fragilização das instituições; fragmentação de projetos e perda de horizontes mais amplos na construção de um projeto institucional universitário.

2.3. Efeitos desses novos paradigmas no trabalho científico na década de 2000

Analisando-se os efeitos positivos de atualização e reconformação da agenda social e seus condicionantes externos sobre a estruturação do trabalho acadêmico e a agenda de pesquisa interna, observa-se que estes novos fatores podem interferir na organização da pesquisa social, gerando novos estímulos e pesquisas a partir de pressões e demandas de atores sociais organizados e políticos; têm criado objetivamente novos campos de definição e realização de projetos importantes, produzindo uma massa de informações primárias relevantes, capazes de constituir-se em patamar crítico para muitas políticas públicas voltadas para o enfrentamento da pobreza, riscos sociais e para as políticas de emprego e renda. Por outro lado, permite a capacitação de equipes em formação; articula interesses de pesquisa com uma agenda social mais ampla, não só no conhecimento de novos fenômenos sociais, atualizando e dando contemporaneidade à pesquisa na área social e cultural, além de favorecer parcerias e sinergias entre universidade e sociedade.⁶

Sem desconhecer a importância desses processos é importante reconhecer-se, no entanto, que eles também são geradores de novos campos de tensões, particularmente, no confronto entre a autonomia da pesquisa científica crítica, teórico-metodológica e a

⁶ Esta é a tradição que emerge no contexto da formação do projeto de desenvolvimento nacional dos anos 60/70. A constituição de uma política pública de Ciência e Tecnologia e de institucionalização da pesquisa e profissionalização acadêmica, na década de 70, altera este quadro na linha de uma sustentabilidade a ser constituída no interior do próprio sistema de C.T

configuração de interesses legítimos (da perspectiva dos atores sociais), no entanto restritivas quanto ao caráter utilitarista, contrapondo temporalidades e alcances entre os agentes sociais e políticos e a organização do trabalho científico.

Na linha das dificuldades, portanto, pode-se identificar: (i) o risco de reconversão da potencialidade da produção acadêmica em questões técnicas, com ênfase no 'gerenciamento' da pesquisa; (ii) o possível ou excessivo condicionamento da pauta interna acadêmica às possibilidades externas que emergem como contingências, sem permitir uma autoreflexão que subordine o fluxo da agenda social à capacidade interna e à definição de linhas de pesquisa consensualmente partilhadas e legitimadas do ponto de vista de interesses paradigmáticos e heurísticos; e, (iii) pressões quanto ao cronograma interno das atividades de investigação, condicionadas às exigências contratuais, impondo respostas rápidas ou que podem incidir sobre o nível da análise das informações e o acesso aos produtos da informação; (iv) limites quanto à autonomia na produção acadêmica, então subordinada à fiscalização, avaliação e responsabilidades que se dão fora da esfera interna universitária.

Como resultado dessas diferentes lógicas e trajetórias mais recentes, observa-se uma modalidade híbrida quanto à natureza da pesquisa e as condições de sua sustentação; a autonomia e métodos de execução e o grau de responsabilidade institucional na execução. Isto supõe, evidentemente, apreender estes formatos, reconhecer potencialidades e limites; e encaminhar princípios comuns que gere a cumplicidade institucional, capaz de sedimentar responsabilidades partilhadas.

Apesar da identificação dessas possíveis dificuldades, sabe-se que efetivamente a produção científica e a dinâmica de reconstrução da realidade social caminham juntas e auto-referidas. Neste sentido, não creio que haja grande diferenciação entre a agenda social externa e a pauta de fenômenos significativos e relevantes a serem enfrentados pelas ciências sociais. A sua formulação como **agenda**, é já um indicativo de sua objetivação e subjetivação no plano da organização das práticas dos diferentes agentes e de sua pertinência enquanto problemática questionadora e heurística no plano da tarefa das ciências sociais.

Reconhecer esta dimensão da articulação entre a responsabilidade social e crítica social, dos investigadores, no entanto, não significa perder-se reflexividade localizando-se apenas como reativos às proposições externas, mas indagar-se sobre os alcances dessas experiências enquanto questões científicas e da *práxis* social. Que efeitos determinam sobre a estruturação do "novo social"? O que é esta nova questão social? Que efeitos geram sobre a reprodução do pensamento social e a prática dos atores?

2.4. Que caminhos tomar?

Sem negar o imperativo desses processos e a necessidade de uma atualização e integração nesses novos marcos, acredito que esta transição implica uma retomada clara e consciente da compreensão dos processos em curso, de forma a *reconvertermos as tendências vigentes em projetos institucionais ativos que estimulem a produção de um pensamento social crítico e auxiliem na definição de uma agenda mínima de problemáticas estratégicas fundamentais*. Isto não significa absolutamente uma atitude ingênua de isolamento ou de resistência à demandas de pesquisas, muito menos, ainda, derivarmos em debates especulativos de caráter teórico, descolado da prática social, da dinâmica dos atores no mundo contemporâneo e dos nossos compromissos de pesquisa em curso.

Muito pelo contrário, isto implica exatamente em interagirmos com esses processos estruturantes como estratégia *interna de autocapacitação, de forma a nos abrirmos à comunidade científica e aos agentes externos com identidade própria, redefinida e conseqüente com a pauta do debate partilhado*, e com a competência e autonomia acadêmica, que contemple a pluralidade dentro de princípios comuns de uma política acadêmica. Objetivamente implica, também, partirmos dos nossos próprios projetos e compromissos assumidos de modo a **reforçá-los**, a partir da partilha e do amadurecimento crítico sobre os efeitos positivos que trazem para a pesquisa, o ensino e a extensão universitária.

Estas questões não podem ser respondidas no contexto individualizado de cada pesquisador, pesquisa ou Centro, mas supõem a retomada de uma modalidade de organização do trabalho científico que envolva um *esforço coletivo do debate*, indagando sobre os significados das mudanças; sobre o alcance de categorias intermediárias em que têm se movido as ciências sociais hoje; sobre os novos paradigmas de organização da pesquisa social; sobre a pertinência das velhas matrizes teóricas; sobre as necessidades postas pelos agentes sociais e, finalmente, sobre nossa capacidade de resposta: o que somos, onde estamos e o que queremos. Isto nos permitiria *clarear continuidades e mudanças das décadas 80 e 90 e melhorar coletivamente nossos diagnósticos sobre dinâmicas recentes*.

Estes desafios do presente não são de natureza distinta daqueles já vivenciados no passado, quanto à necessidade de elaborar diagnósticos, estimular o pensamento crítico e encontrar saídas. Muda, no entanto, o contexto dos constrangimentos e referências em que hoje eles emergem, num quadro de instituições públicas enfraquecidas pela tendência à individualização e fragmentação do trabalho e das instituições, pela ausência do financiamento às Universidades e o desencanto da comunidade acadêmica.

Se o contexto é paradoxal e complexo, tornando os desafios maiores, e uma perplexidade quase inibidora da crítica, contamos com um fator fundamental e importante: dispomos de um quadro de pesquisadores cuja vontade de renovação nos habilita e estimula ao enfrentamento do debate, como condição da redefinição institucional. Parece que este esforço é tanto mais rico ou exitoso, quanto maior seja o convencimento dos pesquisadores sobre a *importância de nos abirmos ao debate; a disposição em colaborar; e a consciência dos nossos limites e alcances*. Isto significa avaliar concretamente as possibilidades da relação entre as *necessidades diagnosticadas e condições reais* de realização.

A idéia é renovar o projeto coletivo que aprofunde e estimule uma atitude institucional crítica e ativa sem se dobrar à uma suposta *inexorabilidade* de processos ou, de outro lado, à *impotência* das formulações; nem derivar para um ideário ilusório, descolado das possibilidades reais de implementação de um programa institucional. Ou seja, federalizar as pesquisas em torno do interesse comum do debate crítico, sem comprometer a dinâmica interna dos próprios projetos, como condição de sua própria eficácia, mas partilhar identidades de princípios e escolhas estratégicas.

O amplo alcance e a complexidade dessas tarefas, contrapostos às dimensões modestas de nossas iniciativas, parecem indicar que os nossos esforços devam estar ordenados inicialmente a partir dos compromissos em andamento (quanto aos projetos e pesquisas existentes e eventos agendados), *incorporando, gradativamente, tanto quanto possível interlocutores e parceiros externos*, estendendo o debate às parcerias com centros de pós-graduação e pesquisa da Universidade e a outros agentes sociais mais diretamente interessados na formulação de um novo patamar de avaliação do pensamento social.

3. Como o CRH/UFBA tem respondido a essas questões na sua história institucional?

O Centro de Recursos Humanos, desde sua criação, tem ratificado através do cotidiano do trabalho de seus pesquisadores o compromisso com a realização e a difusão de pesquisas destinadas a promover o desenvolvimento e o pensamento social crítico sobre os processos em curso e, especialmente, sobre questões que afetam a reprodução do capitalismo no

âmbito regional e local.⁷ Nesse âmbito tem questionado paradigmas e discursos dominantes das ciências sociais, identificado e analisado criticamente efeitos adversos e paradoxais, resultantes do processo de desenvolvimento regional e nacional, tais como as desigualdades e os processos de produção da pobreza e da proletarianização; além de compreender questões vinculadas à transição democrática e à conquista da cidadania no Brasil.⁸

Do mesmo modo, através do intercâmbio com a comunidade científica das ciências sociais ao nível regional, nacional e internacional tem se integrado e atualizado no plano das principais tendências do pensamento social contemporâneo.⁹

Pela via da pesquisa e do debate ampliado, seja com a comunidade de ciências sociais ou a sociedade mais abrangente, tem facultado uma utilização ampliada da sua produção acadêmica, capacitado agentes sociais e quadros institucionais públicos e privados no estímulo à uma prática reflexiva e crítica, constituindo-se referência na análise dos processos de mudança regional, entendendo-os na sua íntima articulação com a dimensão nacional e internacional de reprodução do capitalismo.¹⁰

No âmbito da formação acadêmica e técnica das ciências sociais tem influenciado a formação de quadros para a docência, na UFBA e em outras Universidades, de centros de pesquisa e planejamento governamental, especialmente na Bahia.¹¹

Este amadurecimento institucional no plano da pesquisa tem credenciado cada vez mais o Centro junto às instituições de fomento de caráter nacional e internacional e aos órgãos governamentais. Este vigor tem se expressado ainda hoje na capacidade e autonomia de

⁷ São referenciais importantes os estudos sobre a articulação de atividades não-capitalistas às atividades capitalistas; os estudos clássicos sobre as condições de produção e reprodução da pobreza; a formação da classe operária; os estudos sobre modernização no campo e estruturação das classes agrárias; os estudos sobre sindicalismo e condições de reprodução do trabalhador, especialmente no âmbito da interseção entre saúde, meio ambiente e trabalho; as relações entre educação e trabalho; a formação de identidades de classe e de atores sociais, movimentos sociais rurais e urbanos e relação com o Estado; a constituição de processos de desenvolvimento regional e meio ambiente; os estudos sobre família e reprodução social; os processos sócio-demográficos, entre outros. Esta relação não é exaustiva e nem resulta de um esforço sistemático de recomposição de campos temáticos da pesquisa institucional. Isto requer um esforço de detalhamento que este documento não pode nem pretende cobrir.

⁸ A pesquisa no CRH tem tratado de uma perspectiva interdisciplinar questões fundamentais tais como as condições de produção e reprodução da pobreza (em meio rural e urbano); as formas de estruturação da sociedade regional (modernização da agricultura; formação do processo urbano-industrial e dos serviços); a crítica ao processo de desenvolvimento capitalista em sociedades periféricas, a análise dos processos de diferenciação e desigualdades; o acompanhamento do processo de transição democrática, modernização do Estado brasileiro e construção da cidadania; as expressões políticas e identitárias dos atores e classes sociais; as condições de reprodução das camadas populares, apenas para citar alguns processos mais inclusivos, que orientaram a definição de nossa agenda de pesquisa. No eixo dessas questões tem trabalhado com um referencial conceitual como classes sociais; atores sociais; força de trabalho e emprego; pobreza; mercado de trabalho; informalidade e precariedade do trabalho; identidade de classe e identidade sociais; processo de hegemonia e formação de classes; movimentos sociais e Estado; reprodução social, mobilidade espacial; proletarianização, questões institucionais do Estado e da regulação do 'social', como governança, para citar apenas alguns processos e conceitos que têm auxiliado na análise social

⁹ Tradicionalmente temos sediado eventos na área de Ciências Sociais e participado das oportunidades apresentadas especialmente pelas instituições de pesquisa e intercâmbio como ABEP, ANPOCS, PIPSA, LASA; ICA; SBS, ABET, etc

pesquisadores em responderem às demandas de pesquisa e recriarem as condições de reprodução do seu trabalho, seja pela elaboração, proposta e contratação de projetos e pesquisas socialmente importantes, seja na proposição de investigações e tratamento de questões e categorias teóricas e metodológicas compreensivas das mudanças em curso, também de forma crítica e atualizada, apoiadas fundamentalmente por linhas de apoio do CNPq e FINEP.

Então, Qual o desafio, o que falta?

Parece que a resposta à esta questão, no momento, localiza-se, internamente, (i) na necessidade de reconstruirmos os referenciais da pesquisa através do estímulo a seminários internos que visem a *socialização interna dos resultados* do nosso trabalho; (ii) na capacidade de repensarmos um estilo de gerenciamento que compartilhe critérios de *qualificação* acadêmica continuada, numa política acadêmica que facilite a todos a construção de diagnósticos, alimentando as referências básicas nucleadoras de diretrizes para o projeto acadêmico institucional;(iii) e, externamente, em uma política deliberada de integração com outros âmbitos acadêmicos e com atores da sociedade civil e da esfera pública.

4. Como os processos externos de redefinição do campo científico têm se refletido na organização do apoio técnico ao trabalho acadêmico e na gestão institucional?

É certo que ao lado do amadurecimento da equipe científica e após mais de uma década de institucionalização de um quadro de pessoal permanente, a equipe administrativa do CRH amadureceu, apreendendo mais a natureza do trabalho de gestão universitária. Hoje Direção e funcionários têm mais clareza quanto aos papéis e responsabilidades setoriais de trabalho e a articulação solidária entre atividades fins e meio.

A implantação de sistemas automatizados nos processos administrativos e de pesquisa constitui-se em estímulo na regulamentação, padronização e rotinização dos fluxos administrativos. Isto trouxe para a Direção avanços importantes no plano do acompanhamento dos processos administrativos da UFBA e na atualização da prática dos próprios funcionários. A consolidação da FAPEX como instância intermediadora do gerenciamento financeiro facilitou as tarefas de gerenciamento dos projetos. Mas, esta

¹⁰ Foram muitos os convênios de consultoria e de assessoramento de caráter social: na implantação do CIA; junto à Secretaria de Agricultura, na avaliação dos PDRI; à PMS, nas pesquisas urbanas sobre imagem ambiental urbana; junto a sindicatos de diversos segmentos e ao setor de formação sindical da CUT; junto à SUTRAB, ao DRT, ao CRA, na avaliação de projetos de impacto ambientais; junto à CAR e ao INCRA, para citar alguns.

¹¹ Interessante o levantamento realizado por Souza, Guaraci no lançamento do Caderno CRH n. 29, dezembro 1999.

modernização externa precisa ser traduzida em termos efetivos de capacitação da equipe administrativa, de forma a permitir melhorias e autonomizar as atividades meio.

Em termos de infra-estrutura, a captação de recursos próprios tem contribuído para melhorar algumas condições materiais de trabalho. Se isto é positivo é preciso também identificar riscos que implicam tal orientação quanto à sustentabilidade futura e a concorrência de nossos esforços destinados ao reforço da capacidade de formação, para suprir carências legítimas na área de investimentos que poderiam ser canalizadas para a capacitação da pesquisa.

Do mesmo modo, se esses avanços são importantes e se traduzem em *melhorias fundamentais* e significativas das condições de trabalho (ao nível da modernização e das condições físicas),¹² isto não significa que os problemas materiais de infraestrutura e as necessidades de apoio técnico administrativo estejam resolvidos. Faltam, ainda, investimentos nesta área, na modernização e conservação de móveis e equipamentos; planejamento do uso do espaço físico e complementação de reformas iniciadas, além da reposição e manutenção dos equipamentos.

O grande problema, que se constitui entrave à modernização e expansão do trabalho, no entanto, encontra-se no âmbito da **reposição de quadros e qualificação dos recursos humanos**. Temos perdido quadros administrativos qualificados sem a necessária reposição de pessoal, em vários setores: na Editoria, na Secretaria e na Biblioteca. Ademais, mudou o perfil requerido para o desenvolvimento de muitas das funções de apoio, subsidiárias da pesquisa, implicando *exigências no domínio de tecnologias avançadas da automação para o apoio técnico à pesquisa*, que possibilitem maior integração do Centro às redes de pesquisa. Isto permitiria uma melhor externalização do trabalho em novas modalidades (refiro-me à alimentação dos *sites* de ciência e tecnologia; às redes de bibliotecas, à recuperação do registro institucional não informatizado, à rede de comunicação externa, ao acompanhamento e proposições de redes à distância de ensino e pesquisa, etc).

Estas novas funções exigem a fixação, capacitação dos já existentes e incorporação de novos quadros que respondam à estas novas exigências, possibilitando sobretudo a modernização da informação institucional, sua padronização, alimentação e difusão, além da recuperação da memória e do rico acervo da pesquisa existente, acumulado no transcurso de mais de três décadas de pesquisa e levantamentos sobre questões relevantes do processo de modernização da sociedade regional..

¹² Refiro-me a avanços conseguidos através da política de redistribuição de recursos captados via projetos contratados, em termos da taxa de 5%, sem os quais estaríamos vivenciando a agudização da *degradação das condições materiais de trabalho*.

Ademais, a questão do *financiamento da pesquisa*, gestão e controles financeiros, ultrapassam hoje o simples controle contábil, *exigindo de cada órgão uma política de captação de recursos* que articule a nossa pauta e prioridades de investigação com a capacidade de resposta do sistema; a implantação de mecanismos decisórios de partilha da decisão sobre o uso e o acompanhamento dos recursos institucionais, dentro de um quadro de múltiplas carências.

Quais as potencialidades dos órgão de fomento e financiamento? Em que medida podemos identificar eixos de interesses comuns entre a nossa própria agenda e os interesses potenciais de agentes financiadores externos? Que questões importantes da nossa agenda não estão contempladas ou não podem ser respondidas pelos agentes financiadores clássicos? Como enfrentar essas questões? Que efeitos a agenda externa exerce sobre a produtividade acadêmica da equipe, em termos de estímulos à produção acadêmica e à disponibilidade para a análise?

Por outro lado, como definirmos prioridades no uso dos recursos institucionais, num contexto de imensas carências? Como partilhar questões referentes à manutenção e reprodução das equipes de apoio técnico institucionais? Que mecanismos redistributivos estamos operando? Eles são suficientes para a sustentabilidade de curto; médio e longo prazos?

O conjunto dessas questões levantadas neste documento preliminar parecem nos orientar para avançarmos *juntos* na discussão de diretrizes que contemplem :

- (i) a definição de *agenda mínima de pesquisa* (Qual é a nossa agenda? Como formar esta pauta? Com que recursos atendê-la?) ;
- (ii) *uma estratégia de sustentabilidade das atividades acadêmicas* (Como ajustar a agenda no âmbito de uma avaliação sensível da viabilidade do financiamento? Quais as brechas do financiamento? Que ordem de prioridades atender? Como organizar a equipe em torno desses novos desafios?)
- (iii) um investimento institucional na *melhoria da informação e comunicação institucionais* (Que atividades são fundamentais? Por onde começar? Com que recursos humanos e em que setores? Como atender à essas necessidades?)

A discussão e orientação dessas diretrizes poderiam levar em conta três tipos de considerações:

- (i) a primeira, refere-se à definição e construção de princípios e valores que orientam a prática institucional. No que pese nosso reconhecimento mútuo quanto aos aspectos relativos à uma agenda social voltada para a crítica das condições históricas de desenvolvimento da sociedade regional e comprometida com os princípios normativos da justiça social, o detalhamento das questões e atribuições quanto à realização

desses valores requer um trabalho coletivo de mais longo prazo que só pode ser construído gradativamente no processo continuado de socialização realizado por um programa de intercâmbio e debate;

- (ii) um segundo nível de avaliação do programa diz respeito aos formatos e definição de critérios que organizam a vida institucional, geram engajamento, definem responsabilidades e organizam a cooperação. Estes dizem respeito à construção de parâmetros que orientem um sistema de parcerias e contratos; critérios de responsabilidades institucionais partilhados; mecanismos de captação e alocação de recursos; sistemas de estímulo à produtividade; critérios de prioridade na definição das atividades, etc... os quais devem refletir a capacidade decisória e de resposta do conjunto da equipe, quanto a esses parâmetros e escolhas.
- (iii) um terceiro, de caráter espaço-temporal, implica avaliarmos as nossas prioridades dentro das condições reais de disponibilidade; de compromissos já agendados e acordados num cronograma comum de trabalho (Dará origem ao programa estratégico de ações de curto prazo).

II- SÍNTESE DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DO CRH/UFBA

De forma a organizar e avançar na discussão, apresento a seguir uma síntese das questões levantadas nas avaliações institucionais.¹³ Nos últimos anos o conjunto dos pesquisadores avaliava de forma consensual que o Centro:

1. apresentava um grande dinamismo na atividade de pesquisa, expresso na capacidade das diversas equipes e pesquisadores em proporem, coordenarem e responderem com rapidez às demandas externas da pesquisa social no entorno regional, revelando maturação e competência da equipe científica do Centro;
2. constatava, também, que este vigor, que se traduzia numa maior externalização das pesquisas do Centro, carecia internamente de maior integração entre as diversas equipes do Centro; de um processo de debate sobre nossa produção, como condição de capacitação e aperfeiçoamento continuado de toda equipe; e de maior engajamento e mobilização dos pesquisadores com as atividade institucionais;
3. na linha de encaminhamento para estas constatações muitas sugestões foram apontadas com o objetivo de reverter esta competência reconhecida pelos agentes externos, em benefícios internos da capacitação institucional, através da socialização dos resultados, numa sistemática de seminários e debates que incluísse desde a retomada de apresentação dos projetos, até a redefinição de um programa acadêmico e de redefinição de linhas de pesquisa, se fosse o caso. Entendíamos, também, que

¹³ Refiro-me especialmente ao debate para avaliação final da gestão de 1997/99.

estas atividades, reconhecidamente prioritárias, deviam operar considerando a disponibilidade de tempo dos pesquisadores, ou seja, dois ou três grandes seminários internos no ano, de modo a não sobrecarregar a agenda já muito comprometida com o ensino e o desenvolvimento dos projetos.

4. em termos de integração pesquisa/ensino e intercâmbio acadêmico formalizou-se uma colaboração do CRH com o Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da UFBA,¹⁴ o que significava que nossas atividades deveriam contemplar um estreitamento da nossa pesquisa e extensão com o PPGCS, seja em termos do acolhimento de alunos em desenvolvimento de teses no quadro de nossas pesquisas, seja na oferta de cursos conjuntos por professores vinculados ao CRH, além de outras iniciativas conjuntas de publicação, financiamento de atividades e realização de eventos, como o compromisso com o X Encontro de Ciências Sociais do Nordeste, além da vinda de professores e pesquisadores visitantes, etc.
5. no âmbito das publicações, avaliamos uma melhoria significativa do padrão editorial da revista Caderno CRH, tanto no plano científico como gráfico, com a internalização da composição no Centro através da estruturação do setor da Editoria, apoio do CNPq e a reconhecida qualidade do Comitê Acadêmico e da produção editorial. Esta atividade, no entanto, carece, ainda, de uma contribuição mais viva e efetiva do conjunto de pesquisadores e de uma melhor eficácia na distribuição.¹⁵ Ademais, o periódico tem uma dimensão de produção nacional e contém seções com perfis editoriais distintos, capazes de absorver diferentes etapas de amadurecimento da produção intelectual, o que efetivamente tem sido feito.
6. Ainda nesta linha reconheceu-se a necessidade de criar-se outros instrumentos mais rápidos de veiculação dos resultados intermediários de pesquisa (de pesquisadores e estudantes), o que poderia ser viabilizado através de séries de relatórios e documentos de trabalho; monografias estudantis, atendendo a um ordenamento bibliográfico mais simples, através da padronização de capa e registro seqüencial dos documentos;
7. quanto às tendências do gerenciamento da pesquisa, identificamos retração do sistema de fomento, com ênfase de recursos via órgãos governamentais do planejamento, o que tem afetado o redesenho de projetos e a pauta da pesquisa. Por

¹⁴ Refiro-me à formalização, dado o formato adotado pelo Programa de nuclear a sua pesquisa a partir de grupos de pesquisa já existentes. Efetivamente, a parceria entre o CRH e o Programa de pós-graduação em ciências sociais é histórica, tendo o CRH participado ativamente da redefinição e estruturação do Programa e das suas linhas de pesquisa, em 1990, e três dos seus pesquisadores coordenado o Programa a partir de então.

¹⁵ Na linha de sugestões alguns pesquisadores levantaram a possibilidade de reduzir-se o grau de exigência na avaliação da revista, supondo que este nível de exigência estivesse inibindo a colaboração de alguns pesquisadores internos. Esta sugestão não foi aceita indicando que o processo seria inverso, ou seja, dos pesquisadores buscarem o aperfeiçoamento de seu trabalho num patamar de qualidade e mérito já reconhecidos para a revista.

outro lado, a implantação de um processo de descentralização e autonomia no gerenciamento dos recursos para subunidades de pesquisa aponta para implicações sérias quanto à sustentabilidade dos pequenos centros universitários de pesquisa, que, se confirmada esta hipótese, deverão gradativamente auto-financiar gastos de custeio até então atendidos com recursos centralizados (como telefone, água, energia). Isto implica riscos de manutenção dos pequenos grupos de pesquisa, além da reconversão do esforço de pesquisa em esforço de gerenciamento financeiro;

8. no âmbito do quadro administrativo, observou-se um crescimento da equipe técnico-administrativa, no âmbito da identificação das suas responsabilidades institucionais setoriais; de capacitação sobre o fluxo de algumas rotinas, etc. No entanto, muitas atividades de apoio técnico, em setores estratégicos fundamentais como Editoria, Biblioteca e manutenção da rede, movem-se num contexto de incertezas, dado o caráter precário dos vínculos dos técnicos responsáveis, exigências continuadas de reciclagem em novas técnicas informacionais e a falta de substituição de quadros qualificados, que foram relotados ou aposentados (como na Biblioteca).

III. DIRETRIZES E PROGRAMAS COMUNS PARA O TRABALHO INSTITUCIONAL

Considerando as observações aqui sumariamente apresentadas, um programa mínimo de trabalho para o Centro deve contemplar os seguintes objetivos de trabalho:

1. Revigorar a Política Científica do Centro

1.1. *Objetivo:* Reconverter os resultados das pesquisas realizadas mais recentemente, em mecanismo de capacitação acadêmica e institucional, de forma a socializar os resultados produzidos, aperfeiçoando o trabalho interno da pesquisa, gerando insumos para a formação de bolsistas e dos próprios pesquisadores, fortalecendo a capacidade da pesquisa acadêmica em projetos pós-graduados e a identidade e capacitação da pesquisa na interface com parceiros externos

- 1.1.1.** Reverter a capacidade interna existente em instrumento de *pensamento crítico* através de debates e intercâmbios científicos da equipe, interna e externamente.
- 1.1.2.** Identificar continuidades e mudanças nas últimas décadas, a partir de nossas pesquisas, de forma a melhorar diagnósticos e avaliações sobre dinâmicas recentes do pensamento social contemporâneo;
- 1.1.3.** Definir parâmetros críticos, campos temáticos e estratégicos para a definição de uma agenda mínima de pesquisa.

1.2. Proposição de Programas institucionais

O processamento desses objetivos poderiam ser realizados através de dois espaços complementares de intercâmbio e discussão:

1.2.1 Seminários Internos de Pesquisa, voltados para a discussão mais particular dos resultados individuais de pesquisa (Módulo1º): Que resultados produzimos? Que matriz analítica estão referenciando as nossas análises? Que questões emergem desses resultados analisados? Qual o potencial metodológico para a produção da informação primária e para a formulação de programas de capacitação de agentes sociais, rurais e urbanos? Como socializar essas experiências e revertê-las em programas e espaços de formação e aprendizado? E, por outro lado, de um aprofundamento crítico de novas categorias em uso nas análises sociais contemporâneas e outras questões de caráter teórico-metodológicas (Módulo 2º).

1º Módulo: Avaliação dos projetos de pesquisa em curso

Este módulo deve partir da nossa própria experiência de pesquisa para identificarmos os eixos de interconexão e transversalidade dos nossos projetos no âmbito metodológico e temático, identificando categorias trabalhadas e tendências de análises. Sua realização cria uma interface e capacitação interna a partir dos próprios projetos, estabelecendo possibilidades de interlocução e cooperação científica.

2º Módulo – Revisitando paradigmas

Este módulo estaria mais voltado para enfrentar questões relativas às *tendências do pensamento científico na área das ciências sociais* e poderia ser alimentado a partir de reflexões e resenhas realizadas por pesquisadores locais ou externos a partir de seu próprio trabalho ou a partir da leitura de autores clássicos. Além dos efeitos no aperfeiçoamento e organização do nosso próprio trabalho, essas resenhas poderiam transformar-se em contribuições para o *Caderno CRH, BIB*, além de auxiliarem na orientação do referencial teórico de várias teses de mestrado e doutorado das Pós-graduações.

integrar uma de nossas proposições na programação dos eventos. Quais os limites e paradoxos postos pela definição de novas categorias, tais como: as condições de produção da pobreza; exclusão social; mercado informal e economia popular e solidária; novos e velhos atores sociais: sindicalismo; Terceiro Setor e ONGs, movimentos sociais e associativismo; solidariedade; governabilidade e governança; sociedade civil; Espaço público; identidade social e identidade de classe; desenvolvimento sustentável e poder local; *empowerment*, capital social e participação social; direitos sociais, políticas públicas; eficácia e justiça social, violência para lembrar algumas questões que tocam o universo do nosso trabalho (Estes elementos precisam ser reorganizados e complementados).

1.2.2. Formação de uma Agenda Social (Fórum de debate Universidade - Sociedade)

1º Módulo: Observatório de Políticas Sociais

tendências das *políticas sociais*, como instrumentos de justiça social, criando base para subsidiar a avaliação das políticas. Nessa linha, algumas questões poderiam ser contempladas, como: universalidade e focalização das ações sociais. Descentralização e participação social; desregulação do mercado de trabalho e flexibilização dos direitos sociais. Metodologias quantitativas e qualitativas no tratamento das políticas; Políticas públicas e capacitação de agentes sociais, na linha da governança. Desigualdades sociais, identidades sociais e políticas públicas; entre outras preocupações. (proposição a ser também reordenada, revista ou complementada junto com os atores públicos e privados).

2º Módulo: As macro-tendências da economia e da sociedade regional

Ele busca recuperar a compreensão e identificação das *macro-tendências em curso no desenvolvimento regional*, observando desde a reconfiguração do mercado de trabalho; dos movimentos populacionais; da escolaridade; da territorialidade de processos. Ou seja, por esta via pensamos em discutir resultados de grandes levantamentos, criando uma massa de informações que contemple a retomada de questões levantadas pelos nossos trabalhos acerca das mudanças da força de trabalho, da

população e da educação na Bahia¹⁶ e pelos trabalhos subseqüentes que avançaram na redefinição política das dinâmicas sócio-econômicas e demográficas no processo de sucessão das gerações; na dimensão da política (sobre a formação e identidades de classe, caráter autoritário do Estado e movimentos sociais, Hegemonia e Reforma Agrária, etc). Os resultados desse módulo poderiam consolidar avaliações mais precisas sobre novas tendências estruturantes da economia regional, subsidiando agentes públicos e sociais.

3º Módulo: Diretrizes da ação coletiva e novos padrões de sociabilidades (rural e urbano)

Este Módulo discutiria questões relativas ao novo enquadramento da ação coletiva; o padrão de sociabilidade urbano e/ou locais; os mecanismos identitários de base comunitária em formação e sua capacidade em intervirem em arenas ampliadas do espaço público. Os espaços de vivência do cotidiano no âmbito da família, do bairro, da cidade e sua capacidade de resposta e inovação no âmbito da recriação de vínculos societários de coesão sociais, a questão da cultura cívica e do cotidiano na periferia das grandes cidades.

4º módulo: Violência e Justiça social

Este módulo busca discutir os mecanismos da anomia, violência e desqualificação sociais e os seus efeitos no padrão de sociabilidade, identidade e representações sociais.

O conjunto destas questões não se esgotam nesta proposição mas deverão ser pactuadas com vários centros acadêmicos na Universidade, na região, junto a agentes públicos e sociais e estão abertas a novas proposições. Neste sentido esta pactuação da agenda comum de trabalho significa já uma **primeira ação da agenda**.

1.3. Resultados Esperados:

1.3.1. O conjunto dessas atividades deverá subsidiar a formação de uma agenda mínima de questões pertinentes à investigação social, possibilitando nortear novas propostas, subsidiar programas de trabalho e criar um campo integrado de problemáticas integradas, que articule e estimule a solidariedade e o intercâmbio institucional. O mecanismo de realimentação cumulativa dessas reflexões deverá desenhar políticas e definir um programa mínimo de atividades prioritárias para a etapa seguinte. Os seus resultados poderão alimentar fóruns externos de discussão e análise e auxiliar na produção de textos analíticos para a publicação;

¹⁶ Projeto aprovado pela FINEP , com vigência para o período de 81/85, sobre as principais tendências da força de trabalho, da perspectiva dos processos sócio demográficos; da divisão do trabalho (urbano e rural) e da educação;

1.3.2. O êxito e alcance desse objetivo depende da disponibilidade de cada um dos membros da equipe para este compromisso. Nesse sentido, deveríamos talvez pensar num formato de *responsabilidade partilhada* quanto às decisões relativas aos módulos e execução da agenda. Evidentemente à Direção cabe um papel de mobilização para a realização dessa pauta, mas ela só se viabiliza com a participação dos pesquisadores, seja através da presença às discussões seja na exposição e participação de debates, seja, ainda, na organização e mobilização de colaboradores mais próximos ao seu campo de atuação; seja na disposição de alguns em responsabilizar-se mais diretamente para a organização dessa tarefa.

2. Definição de uma Política Financeira

2.1. Objetivo – *Identificar as potencialidades e os obstáculos ao gerenciamento de um programa científico de pesquisa e os efeitos sobre a agenda social, o desenvolvimento científico e o alcance de nosso trabalho. Construir mecanismos partilhados de gerenciamento, criando instrumentos de decisão coletivos e acompanhamento das dificuldades financeiras*

2.2. Atividades:

2.2.1. Realizar um seminário sobre os *novos paradigmas do trabalho científico* (o qual alimentaria também a agenda social - item 1.2.2) com o objetivo, de um lado, de observar mudanças do sistema de fomento quanto à pesquisa social e os efeitos dessas mudanças sobre a agenda social; e, de outro, analisar as potencialidades do sistema e das agências quanto à definição de demandas que respondam aos nossos interesses de pesquisa;

2.2.2. Levantamento dos campos e potencialidades do próprio sistema: o que a FINEP está financiando; quais as modalidades de auxílios dos órgãos de fomento CNPq; CAPES; quais os concursos abertos por associações e organismos internacionais;

2.2.3. Formar calendário próprio das datas de concorrência;

2.2.4. Criar mecanismos de discussão de um orçamento participativo na definição de critérios e prioridades quanto ao uso de recursos;

2.2.5. Criar uma assessoria ou *comissão mais específica* dedicada à sistematizar e acompanhar as informações de gestão financeira, subsidiando o Conselho Técnico na tomada coletiva de decisões pertinentes à captação e ao uso dos recursos institucionais.

2.3. Resultados esperados:

2.3.1. condições de definir um *plano estratégico* de sustentação das atividades institucionais;

2.3.2. *maior controle sobre os limites e destino dos recursos e sobre a capacidade de médio e longo prazos da instituição;*

2.3.3. *identificar parcerias com instituições públicas e privadas*

Ou seja, sedimentar capacidades para aproveitar as oportunidades que estão emergindo no ambiente científico e social, de forma a colaborarmos com uma agenda que contemple a capacitação interna e externa de recursos e agentes sociais públicos e privados. Quais são estes? Que recursos dispomos?

3. Estimular a Necessária Articulação Entre Pesquisa, Ensino e Extensão

3.1. Objetivo – *Converter os resultados da pesquisa em instrumentos de formação acadêmica e capacitação acadêmica institucional, além de um reforço ao assessoramento à capacitação de agentes sociais na construção da cidadania.*

3.2. Atividades

3.2.1. Criar mecanismos de estímulo à integração de nossos programas e projetos de pesquisa com o ensino de graduação e pós-graduação, seja criando campos de pesquisa para estudantes de graduação e pós-graduação no recrutamento para projetos; seja na definição de temáticas e problemas que auxiliem a formulação de projetos de estudos pós-graduado de curto e médio prazo, constituindo campos de acompanhamento prático e teórico dos estudantes no âmbito dos projetos e numa perspectiva de formação continuada em diversos níveis;

3.2.2. Agregar recursos institucionais de bolsas para a complementação e continuidade dessas atividades.

3.2.3. Utilizar os subsídios teórico-metodológicos gerados no âmbito das pesquisas, como instrumento de capacitação da equipe; de estudantes e de profissionais na temáticas.

3.2.4. Incorporar dentro das atividades das equipes de pesquisa recursos individuais de formação de maneira a dar sustentação à um programa de acompanhamento e formação pós-graduada;

3.2.5. Oferecer, dentro das possibilidades, cursos de formação e treinamento à um público mais amplo de modo a sistematizar a própria experiência e ampliar o uso social dos seus resultados no âmbito da capacitação de estudantes e profissionais.

3.3. Resultados

3.3.1. A retro-alimentação das atividades de pesquisa e formação acadêmicas;

- 3.3.2. Estímulo e concentração de esforços e capacidades num projeto mais amplo de integração com os Programas de pós-graduação e formação de estudantes;
- 3.3.3. Qualificação e internalização da equipe dos resultados do trabalho de pesquisa como campos de competência e formação;
- 3.3.4. Melhoria da qualificação acadêmica e da prestação de serviços à comunidade mais ampla.

4. Ampliar os Mecanismos de Estímulo à Produtividade Acadêmica: (Atividades)

- 4.1. *Estímulo à participação em Congressos e reuniões científicas, especialmente aquelas que se realizam no âmbito local, que têm custos mais reduzidos para a participação. Só no ano de 2001 temos já agendada a realização de **três grandes eventos** em Salvador, nos quais o CRH está engajado: o X Encontro de Ciências Sociais do Nordeste; a SBPC, e a participação da SBS numa programação conjunta; o Congresso Internacional de População. Como participarmos? Como aproveitar os recursos mobilizados para esses eventos em aperfeiçoamento e oportunidades para a dinâmica institucional e a formação das equipes? Como compatibilizar esses compromissos já assumidos com essas tarefas internas de repensar a pesquisa institucional?*
- 4.2. *Incentivos à publicação e à difusão de trabalhos via Caderno CRH e criação de outros instrumentos como Série Documentos de Trabalho; Monografias e Relatórios? Como estruturar estas novas atividades? Quem poderia encarregar-se? Há já compromissos de dossiês programados para o ano de 2001: um primeiro coordenado por Luíza Barrios sobre Raça e Democracia (jan/jun. 2001), e o segundo organizado por Inaiá Carvalho (jul/dez. 2001) sobre a temática da Criança e do Adolescente. Além de contribuições nessa linha temática a revista está ainda aberta à outras contribuições que contemplem outras temáticas, na forma de artigos; comunicações; fontes; resenhas; informes e pontos de vista.*
- 4.3. *Definir critérios de estímulo à produção de resultados. As instituições de ensino já têm critérios mínimos de avaliação da produção que de alguma forma tem estimulado e ordenado a publicação de resultados como tarefa prioritária para estudantes e professores. Também a GED vem atuando nesse sentido e o CNPq condiciona cada vez mais a concessão de recursos à uma avaliação de produtividade acadêmica do*

pesquisador. Como fazê-lo? Definimos critérios ou não? Que exigências mínimas podemos definir para o trabalho acadêmico?

5. Modernização da Comunicação e Informação Institucionais

5.1. Objetivo – *Melhorar os instrumentos de informação institucional, de comunicação interna e de externalização dos nossos resultados em sites e em redes.*

5.2. Atividades

- 5.2.1.** Criar mecanismos de sistematização da informação institucional e de integração às redes existentes;
- 5.2.2.** Utilizar os mecanismos de comunicação interna em rede, facilitando a atualização e a partilha da informação e da decisão institucional;
- 5.2.3.** Melhorar a veiculação do acervo da biblioteca e da Editoria a um público interno e externo.

5.3. Resultados

- 5.3.1.** Melhorar a externalização das nossas atividades.
- 5.3.2.** Permitir maior organização, integração, rapidez, participação e transparência na dinâmica da vida institucional.
- 5.3.3.** Possibilitar maior partilha dos resultados da pesquisa e integração do nosso trabalho nas redes de pesquisa e integração acadêmica e social.

6. MELHORIA E FORMAÇÃO DO QUADRO DE APOIO TÉCNICO À PESQUISA

6.1. Objetivo – *melhorar o desempenho técnico da informação institucional da pesquisa e do acervo em setores estratégicos de prestação de serviços institucionais (Biblioteca, Editoria, Acervo institucional).*

6.2. Atividades

- 6.2.1.** Buscar mecanismos de reposição de quadros qualificados para o apoio técnico à pesquisa, perdidos por saídas sem substituição de pessoal ou aposentadorias;
- 6.2.2.** Estudar conjuntamente soluções para a fixação mais permanente de quadros fundamentais à vida institucional e que trabalham como prestadores de serviço;
- 6.2.3.** Observar recursos e mecanismos de requalificação para o quadro existente;
- 6.2.4.** Estudar de forma prospectiva a manutenção de atividades meio e fins como Biblioteca; contabilidade; secretaria; Editoria, etc

6.3. Resultados esperados

6.3.1. Um diagnóstico das condições reais e efetivas de desenvolvimento institucional;

6.3.2. Identificação e o encaminhamento de soluções quanto à qualificação; fixação e reposição dos quadros.

IV. MODALIDADES DE TRABALHO

Como organizar a cooperação? Que **formatos institucionais operacionais** adotar de modo a flexibilizar a gestão, garantindo ao mesmo tempo a partilhada gerencial e os compromissos mínimos da equipe quanto à execução dessas diretrizes? Como estreitar a colaboração entre projetos e destes com a Direção? Como dividir as tarefas institucionais coletivas? Qual o nosso fôlego efetivo para dar conta desse projeto ou ao menos implementá-lo? Qual o seu prazo de execução?

1. A área substantiva deve ser tocada a partir dos Grupos de Pesquisas inscritos no CNPq;
2. Deve-se criar uma assessoria institucional junto à direção para o tratamento da informação institucional
3. A Direção, junto com o Conselho Técnico deve criar novos instrumentos regulatórios da relação com parcerias e instrumentos de avaliação do trabalho acadêmico.

(Ver Plano Estratégico para o biênio 2001/2002)

Universidade Federal da Bahia
Centro de Recursos Humanos

Rua: Caetano Moura, 99 – 1º sub-solo
Federação – Salvador – Bahia – Brasil
TeleFax: (71) 245-7636/5363
www.ufba.br/~crh
crh@ufba.br